
LIBERDADE PELA ARTE SEGUNDO SCHILLER

Iraquitan de Oliveira Caminha¹

Resumo

Nosso propósito é mostrar como Schiller concilia a noção de homem sensível, regido por forças naturais, com a noção de homem ético, guiado pela obrigação da lei. A partir Dessa visão antropológica, pretendemos compreender a educação estética, proposta pelo filósofo, como formação que combina inclinação e dever. Não é pela coerção unilateral da natureza na sensação e nem pela legislação exclusiva da razão no pensamento que o homem alcança a plenitude de sua condição de ser livre. Somente pela beleza, o homem possui, ao mesmo tempo, uma determinação passiva, instituída pela natureza, e uma determinação ativa, estabelecida pela liberdade. Logo, é pela arte que, segundo Schiller, o homem se faz verdadeiramente livre.

Palavras-chave: Schiller, estética, liberdade.

Abstract

Our intention is to show how Schiller combines the notion of a sensitive man, ruled by natural forces, with the notion of ethic man, guided by the obligation of law. From this anthropologic view, we intend to understand the esthetics education, proposed by the philosopher, as formation combines inclination and duty. It is not because of the unilateral coercion of the nature in the sensation and even not because of the exclusive legislation of reason in the thought that man reaches plenitude of his condition to be free. Only through beauty man has, at the same time, a passive determination instituted by nature, and an active determination established by

¹ Graduado em Educação Física, Psicologia e Filosofia. Mestre e Doutor em Filosofia. Realizou seu doutorado na Université Catholique de Louvain – Bélgica. Defendeu tese sobre o problema da percepção na filosofia de Merleau-Ponty. Professor-pesquisador do Departamento de Educação Física e dos Programas de Pós-graduação em Filosofia (UFPB) e em Educação Física (UFPB/UPE). E-Mail: iraqui@uol.com.br

Liberdade pela arte segundo Schiller

freedom. Therefore, it is through art that, according to Schiller, the man is really free.

Keywords: Schiller, esthetics, freedom.

Pela beleza, o homem sensível é conduzido à forma e ao pensamento; pela beleza, o homem espiritual é reconduzido à matéria e entregue de volta ao mundo.

Schiller (1759-1805)

As investigações de Schiller sobre o belo e a arte mostram que o agir humano não é somente guiado por princípios, mas também por sentimentos. Evidentemente, Kant não refutaria essa tese, mas defenderia a ideia de que somente a razão, agindo de forma incondicional por dever, é a condição de possibilidade do agir moral. Desse modo, para se edificar a vontade moral, é necessário que a intenção de agir seja conduzida pelo dever em si mesmo ao invés de seguir as inclinações pessoais. Para Schiller, a virtude de uma ação moral, do mesmo modo como pensa Kant, tem de residir em si mesma e não deve ser referida a nenhum outro fim diferente dela. Ele não oculta a origem kantiana de suas reflexões filosóficas acerca dos costumes, mas sua intenção é relacionar os juízos morais com os juízos estéticos.

O que faz o homem ser considerado humano é exatamente transcender a natureza. Ele não se limita às determinações da natureza. Segundo Kant, a questão “como devo agir” não deve ser respondida pela lei do mais forte, mas depende do julgamento da razão pura prática que define como devemos agir moralmente. O Estado Natural é transformado em Estado Ético pela luz da razão pura prática. Todavia, tal perspectiva de se definir a moralidade está centrada no dever moral. A intenção de Schiller é

unir dever moral e felicidade. Para efetivar essa união é preciso apelar tanto para princípios racionais, como para sentimentos. A antropologia de Schiller visa conciliar o homem sensível, regido por forças naturais, com o homem ético, guiado pela obrigação da lei moral. Essa antropologia confronta a existência efetiva da sociedade com o ideal apenas possível de uma sociedade moralmente necessária. O Estado Ético do dever terá sempre por base o Estado Natural da sensibilidade.

Vivendo o período da Revolução Francesa, Schiller constata que os olhares dos filósofos se voltam para a cena política. É nesse contexto que o filósofo aponta para a necessidade de se pensar a maior de todas as obras de arte, que é a liberdade política. Todavia, é no palco das belas-artes que o homem se faz verdadeiramente livre. Para Schiller, “a arte é filha da liberdade e quer ser legislada pela necessidade do espírito, não pela privação da matéria” (SCHILLER, 1990, p. 25-26).

Todavia, apesar do caráter libertador da arte, a utilidade, vista por Schiller como o grande ídolo de seu tempo, representa uma grande ameaça para o homem alcançar a liberdade pela arte. Para o filósofo, existe o artista mecânico, que faz da arte uma técnica de transformação da natureza em artefatos, e o artista do belo, que considera a arte como, antes de tudo, expressão do belo. Talvez possamos afirmar que, ainda no século XXI, a utilidade é tratada com extrema veneração. O culto à utilidade faz com que o mérito espiritual da arte, que deseja expressar o belo, corra o risco de ser desprezado.

O mérito espiritual de expressar o belo é exatamente agir livremente no ato de criar o belo, por meio da obra de arte. Assim, podemos relacionar ação moral com criação artística. Segundo Schiller (1990, p. 26), “para resolver na experiência o problema político é necessário caminhar através do estético, pois é pela beleza que se vai a liberdade”. O propósito do filósofo é definir um novo suporte para a subsistência da sociedade. Esse suporte não se encontra no caráter egoísta e violento do homem, que pretende muito mais destruir que conservar a sociedade. Não se encontra

Liberdade pela arte segundo Schiller

também no seu caráter puramente ético que, por ser radicalmente livre e autônomo, o legislador, enquanto sujeito moral, não pode contar efetivamente com ele mesmo para legislar. Para superar esse impasse, Schiller propõe um terceiro caráter que une sensibilidade e moralidade.

Eis o desafio: propor uma educação estética do homem que concilie dever moral e inclinação sensível. Se, por um lado, a razão pede unidade e, por outro lado, a natureza pede diversidade, é porque o homem é constituído dessas duas dimensões. Uma dimensão não pode sacrificar a outra. Caso contrário, é impossível se conceber o ser humano na sua plenitude. O sentimento não pode imperar sobre os princípios morais, assim como esses princípios não podem eliminar os sentimentos. Schiller considera imperfeita uma constituição do Estado que só consegue construir a unidade suprimindo os indivíduos, ou seja, transformando-os em cidadãos a partir de uma igualdade jurídica puramente formal. Assim, o Estado deve honrar o caráter objetivo e genérico da lei, bem como a subjetividade das inclinações individuais.

O homem ilustrado, regido pelos ideais iluministas, deve ser um homem cultivado que, honrando sua condição de ser livre, faz da natureza uma aliada. A unidade moral de todos os homens, imposta pela razão, não deve eliminar a multiplicidade da natureza, estabelecida pelo sentimento. A vida orgânica da *polis*, conduzida pela moralidade, não pode abdicar da sensibilidade. Schiller não propõe que o homem abandone a natureza em nome da razão, mas que faça uso da razão para se tornar um gênio criador de cultura (*paideia*), transformando a natureza em obra de arte. Vale salientar que a sensibilidade é fundamental para exercer a tarefa de criar. Nesse sentido, a razão não é concebida como expressão de um espírito especulativo completamente estranho ao mundo sensível. Constatamos aqui o empenho de Schiller no sentido de buscar a superação da dicotomia entre razão e sensibilidade. Vale salientar que a sensibilidade é fundamental para exercer a tarefa de criar. De forma metafórica, poderíamos dizer: se a razão quer assumir um papel de destaque na construção da humanidade, ela deve se

abrir ao “coração”. Assim, todo caminho para fazer do homem mais humano deve ser aberto pela razão e, simultaneamente, descerrado pelo “coração”.

Comparando a forma moderna de humanidade com a forma grega, Schiller afirma que o despertar das forças espirituais gregas não foi dominado pela demarcação radical de uma fronteira entre o sensível e o inteligível. A razão não pode ser considerada como radicalmente separada da sensação e da intuição. Tanto a poesia quanto a reflexão especulativa honram a verdade.

O esforço da razão pode até estabelecer a Lei que, de forma universal, define como todos os homens devem agir para se tornarem humanos. Mas, a aplicabilidade dessa Lei, depende dos sentimentos. A perfeição ética da vontade não se realiza sem o enobrecimento dos sentimentos.

Em busca da autonomia da razão na ação moral, Kant propõe uma total superação de toda forma de heteronomia. A vida moral não deve ser guiada pelas inclinações naturais, mas conduzida exclusivamente pela razão, pensava Kant. Todavia, para Schiller, o homem não é um ser puramente interior. Sua existência está condenada à exterioridade. O esplendor da dignidade do homem está na exteriorização da humanidade pela arte. O cultivo das belas-artistas pode livrar o homem da condição de ser, isoladamente, um selvagem acorrentado à natureza ou uma pura subjetividade presa a uma série de princípios universais e imutáveis.

Para Schiller, ao educar o sentimento para a beleza, estaríamos aperfeiçoando, simultaneamente, a sensibilidade artística e os costumes morais. Assim, belos costumes têm o mesmo sentido de bons costumes. No entanto, apesar do filósofo definir a beleza como instância reguladora de uma conduta adequada para os seres humanos, ele reconhece que a arte pode representar uma ameaça para essa conduta esperada. Os encantos da beleza podem fazer uso da fascinação para nos conduzir ao erro e à injustiça. O poder sedutor da beleza pode sacrificar a verdade e a moralidade em favor do triunfo da pura aparência sem nenhuma exigência estética. A cultura

Liberdade pela arte segundo Schiller

estética precisa andar de mãos dadas com a liberdade política e a virtude civil. A bela eloquência não pode jamais falsificar a verdade.

Schiller reconhece que todo artista é filho de uma época. No entanto, o artista está sempre buscando tempos mais nobres ou mais humanos, seja ele no passado ou no futuro. Para se resguardar das corrupções de sua época, o artista deve desprezar juízos efêmeros e se lançar licenciosamente no tempo infinito. É nesse momento que o artista e o filósofo se encontram na medida em que tanto um como o outro visam à exaltação do humano. Os amigos da beleza e da verdade querem ver o homem culto prevalecer sobre o rude.

O homem é ao mesmo tempo finito e infinito. É por essa razão que ele possui uma disposição para a divindade. Segundo Schiller, o caminho para a divindade, que nunca será alcançado na sua plenitude, é marcado pelos sentidos. De um lado, enquanto o homem não sentir e não desejar, ele será apenas capacidade vazia ou pura forma. Por outro lado, enquanto apenas sentir e desejar, ele será apenas mundo. Nesse sentido, para não ser apenas forma, é preciso que o homem dê realidade à disposição que traz em si mesmo; para não ser apenas mundo, é necessário que o homem dê forma à matéria. O homem recebe a incumbência de duas tarefas imperativas: o dever de exteriorizar todo o seu interior e o dever de dar forma ao exterior. Essas duas tarefas, definidas por Schiller, são realizadas por duas forças opostas: “impulso sensível” e “impulso formal”.

O impulso sensível parte da existência relativa ou da natureza sensível do homem. Dominado pela sensibilidade, o homem dá realidade sensível ao necessário que tem morada no seu interior. É por essa razão que o objeto do impulso sensível é a “vida”, percebida pelas impressões sensíveis.

O impulso formal parte da existência absoluta ou da natureza racional do homem. Ele tem como objetivo pôr o homem em liberdade e afirmar sua pessoa em detrimento de toda variação temporal dos estados sensíveis. Dominado pela racionalidade, o homem submete a realidade que

se encontra fora dele à lei da necessidade. Assim, o objeto do impulso formal é a “forma” enquanto manifestação da racionalidade humana. A verdade torna-se um puro produto da abstração de tudo que é material e contingente, e, dessa forma, podemos distinguir muito claramente nossas representações de nossas sensações.

À primeira vista, os impulsos sensível e formal parecem esgotar o conceito de humanidade. Mas, para Schiller, existe um terceiro impulso fundamental que tem a função de intermediar os outros dois impulsos. Esse impulso é denominado de impulso lúdico, cuja função é possibilitar uma ligação entre o devir e o absoluto. Dessa maneira, o objeto do impulso lúdico é a “forma viva” que serve para designar todas as qualidades estéticas dos fenômenos.

O impulso sensível precisa ser moderado, convenientemente, pelos limites do impulso formal, e este necessita ser contido pela presença permanente do impulso sensível. Enquanto apenas sente, fica oculta, no homem, a sua pessoa ou a sua existência absoluta. Ao contrário, enquanto apenas pensa, fica oculto seu estado ou a sua existência no tempo. Para obter a plenitude de sua humanidade, o homem necessita se perceber como matéria e se reconhecer como espírito. Somente a unidade de realidade e forma, de contingência e necessidade, de passividade e liberdade, possibilita a existência plena da natureza humanidade.

A beleza é, para Schiller, a consumação da humanidade pelo fato de ela ser o objeto comum dos impulsos sensível e formal. O belo é o meio-termo entre a necessidade e a lei ou entre o impulso sensível e o impulso formal. O belo é definido, por Schiller, como jogo, na medida em que somente ele torna completa a natureza humana. Com o bem, o homem é apenas honrado; mas, com a beleza, o homem joga. É na satisfação do impulso lúdico que encontramos o ideal de beleza no homem. Nesse sentido, há uma grande diferença entre os gregos, que competiam sem derramamento de sangue nos Jogos Olímpicos, e os romanos, que se deleitavam com a morte agonizante de um gladiador derrotado.

Liberdade pela arte segundo Schiller

Ao considerar o belo como jogo, Schiller não quer de forma alguma depreciar a dignidade da beleza, pensada como instrumento de realização da cultura. Para Schiller, somente o impulso lúdico pode unir a coerção material das leis naturais com a coerção espiritual das leis morais, caracterizando assim a verdadeira liberdade. Tal afirmação tem como base a noção kantiana do “livre jogo” entre as faculdades do entendimento e da imaginação, considerado capaz de unificar matéria e espírito na forma viva que é a obra de arte. Nesse sentido, o belo nasce da combinação de dois princípios opostos: impulso sensível e impulso formal. É na harmonia desses dois impulsos que encontramos o belo. Evidentemente, essa harmonia nunca será plenamente realizada. A beleza na ideia até pode permanecer eterna, una e indivisível; mas, na experiência, ela estará sempre expressando um estado de dissolução e de tensão. O primeiro serve para assegurar a presença tanto do impulso sensível, quanto do formal na manifestação do belo. Quanto ao segundo, serve para garantir que esses dois impulsos possam exprimir suas forças em tal manifestação. É por essa razão que Schiller afirma que o belo possui uma propriedade enérgica e outra suavizante.

A propriedade enérgica tem como propósito fortalecer a mente, tanto no plano físico, quanto no plano moral. Esse fortalecimento gera uma beleza enérgica que não livra o homem de certos resíduos de selvageria. Esse modo da beleza é a manifestação da dimensão exuberante do belo. É assim que a arte se mostra vigorosa e apaixonante. Numa perspectiva inversa, a propriedade suavizante tem como objetivo dissolver a mente, tanto no plano físico, quanto no plano moral. Essa dissolução constitui uma beleza suavizante que conduz o homem ao refinamento da arte. Esse modo da beleza é a face requintada do belo. No confronto entre o enérgico e distendido, o homem vai se tornando um todo perfeito.

Não é pelo sentimento nem pelo entendimento, considerados isoladamente, que chegaremos a uma compreensão do homem em sua totalidade. Essas duas faculdades tão opostas se unem na manifestação do belo. Pela beleza, podemos reconhecer as limitações que o espírito livre e

autônomo sofre mediante a sensibilidade. Pela beleza, podemos admitir as limitações que a sensibilidade sofre mediante a intervenção infinita do espírito. Assim, o belo não é um mero conceito de experiência, mas antes um imperativo. O belo é, para Schiller, uma exigência da razão. No entanto, tal exigência não pode ser considerada como vazia, pois ela sempre depende da experiência. Forma e matéria estão sempre presentes no imperativo estético.

A cultura tem um papel fundamental de tornar o homem um ser estético. Ela transforma a vida física do homem em realidade estética. De um lado, as exigências da natureza estão voltadas para o que o homem produz com o objetivo de satisfazer suas necessidades vitais. Por outro lado, a cultura deve se voltar para a maneira como o homem produz a realização dessas necessidades.

No estado físico, o homem apenas sofre o poder da natureza; no estado moral, ele domina esse poder. Mas, somente no estado estético, ele se liberta desse mesmo poder. A liberdade nasce a partir da tendência que o homem tem para o belo. O homem manifesta a plenitude da sua autonomia no ato da representação artística. Na representação artística, o ser humano manifesta a liberdade de criar. A arte tem, para Schiller, uma força desalienadora quando cria o belo.

Schiller considerava a educação como responsável pela condução do homem à beleza. A educação estética vai permitir que o homem passe dos meros sentimentos vitais para os sentimentos de beleza. Schiller vê, no desenvolvimento do impulso lúdico, que gera a beleza, a possibilidade da humanidade ser mais sublime, conseqüentemente, mais livre.

A moralidade é, para Schiller, conseqüência da educação estética. Nesse sentido, é preciso considerar a educação como um processo que visa fazer do homem um ser cada vez mais aperfeiçoado moralmente por meio da cultura. A arte é um instrumental educativo para o aperfeiçoamento do sujeito moral. Schiller deposita confiança no poder transformador da arte à medida que o bem moral pode ser buscado pela via da criação do belo.

Liberdade pela arte segundo Schiller

Segundo Kant (2002), inspirado em Rousseau, a educação consiste em cuidar, disciplinar e instruir. No entanto, essas três dimensões da educação são elementos de um único processo, cujo fim é a busca pelo aperfeiçoamento moral da humanidade. A educação é pensada por Kant como instância formadora que deve, essencialmente, se comprometer com o aprimoramento moral do ser humano. Para o filósofo, esse aprimoramento moral é uma conquista da razão, concebida como a única faculdade do homem capaz de assegurar a possibilidade de uma ação, qualificada como ação moral. Isso acontece quando o ser humano for capaz de fazer uso de sua razão para agir de tal modo que o princípio que determina sua vontade seja, simultaneamente, um princípio de conduta pessoal e o princípio de uma legislação universal válida para todo ser humano. Com base nessa perspectiva, Kant considera que o ser humano é destinado a aperfeiçoar a si mesmo, fazendo um uso prático de sua razão. O que deve prevalecer não é mais o cego direito do mais forte, mas o justo tribunal da razão.

Todavia, para Schiller (1990), o ser humano deve emprestar sua autonomia moral ao mundo sensível. Em suas cartas escritas ao seu amigo Körner e a Augustenburg, príncipe que lhe pagava uma pensão, Schiller mostra que a natureza humana é dotada, ao mesmo tempo, de razão e sensibilidade. É próprio do homem conjugar, pela beleza, as determinações da natureza e a liberdade da razão.

Tratar do belo e da arte não representa, para Schiller, se distanciar do problema da moralidade humana. Sua defesa, a causa da beleza, é um apelo para que a humanidade considere o papel do gosto no ato de agir. Quando nos dedicamos à realização do belo, estamos buscando, paralelamente, a efetivação do bem.

Em vez da razão e dos conceitos universais, é a vida, em sua plenitude estética, que ocupa o lugar central das reflexões filosóficas de Schiller. Evidentemente, ele não propõe uma leitura irracionalista do ser humano. Muito pelo contrário, ele continua considerando a razão como dimensão de destaque na vida dos seres humanos. Todavia, a razão perde,

para Schiller, sua condição de cerne antropológico isolado na medida em que o homem, tomado em sua vida integral, é visto como racional e sensível.

Schiller propõe uma filosofia que busca realizar o encontro harmonioso entre matéria e forma. Ele não considera o filósofo como um espírito especulativo estranho ao mundo sensível. Toda visão fragmentada do homem é radicalmente contestada. Desse modo, é preciso considerar conjuntamente os juízos morais e os juízos estéticos. A força unilateral da razão pura, que determina as condições de possibilidades do conhecimento e do dever moral, não realiza de modo pleno a humanidade. A força poética da criação do belo é indispensável para a humanidade encontrar o seu caminho de total realização.

Segundo Schiller (1990, p. 51), “a formação da sensibilidade é, portanto, a necessidade mais premente da época”. A “época”, que o filósofo se refere, é o século XVIII, definido como período das Luzes”. Ele, que viveu intensamente esse momento histórico, reconhece que o espírito ilustrado da livre investigação destruiu os conceitos ilusórios, que por muito tempo impediram os homens de terem acesso à verdade. A mentira e o fanatismo foram abolidos pela luz da razão. As ilusões dos sentidos e os sofismas enganosos foram dissipados pela razão.

O homem ilustrado não é um selvagem que considera a natureza soberana sem as restrições imperativas da razão. Mas o fato de não adotar um modelo de vida selvagem não significa que o homem esteja livre da barbárie. Desprezar a natureza sensível com desdém pode representar, para Schiller, abrir um caminho para o império da barbárie.

Para evitar as contradições de exemplos concretos que mostram casos particulares, Schiller propõe a formulação de um conceito racional puro de beleza. A experiência não precisa ser o tribunal onde podemos afirmar se aquilo que chamamos de belo pode ser reconhecido como tal. A experiência nos oferece apenas estados de belo, mas nunca o Belo. O gosto de uma época não pode ser definido como um estado do belo. Precisamos descobrir, a partir de seus modos de manifestações particulares e mutáveis, o

Liberdade pela arte segundo Schiller

absoluto e o permanente. “Quem não se atrever para além da realidade nunca irá conquistar a verdade” (SCHILLER, 1990, p. 61).

Trilhando por uma via transcendental, que visa conceituar o belo para além das manifestações particulares, Schiller distingue no homem aquilo que permanece e aquilo que se modifica constantemente. Ele define o permanente como a pessoa e o mutável como alterações de estado. Mesmo que passemos do estado de afeto à indiferença, continuamos sendo nós mesmos. Só a pessoa pode ser permanente em estado absoluto e possuir seu próprio fundamento.

Pela percepção, o homem tem acesso a uma realidade que muda permanentemente. Essa realidade é acompanhada pelo seu “eu” que nunca se altera. Todavia, para que esse “eu” exista enquanto ser determinado é necessário que ele seja submetido à mudança. Para Schiller, o homem não é meramente pessoa, mas pessoa que se encontra num estado determinado. Graças à natureza racional do homem, ele pode ser considerado permanente. Porém, sem mudanças, ele não pode existir. Desse modo, o homem é uma unidade duradoura que permanece eternamente a mesma no fluxo das mudanças.

É pela beleza que o homem sensível é conduzido à forma e o homem espiritual é reconduzido à matéria. Somente a beleza nos conduz a um estado intermediário que comporta, ao mesmo tempo, sensibilidade e pensamento. Ela liga os estados opostos de sensação e pensamento. É interessante destacar que Schiller concebe o homem a partir de uma distinção radical entre o sensível e o inteligível para, em seguida, reconstituir uma unidade, também radical, pela beleza. Evidentemente, essa unidade não é uma mera fusão, mas uma reciprocidade no limite de cada um. O belo permite ao homem uma passagem da sensação ao pensamento e vice-versa. Em outras palavras, o belo é, ao mesmo tempo, objeto para nós e estado de nós mesmos.

O homem vive, ao mesmo tempo, uma existência particular, determinada essencialmente pela sensibilidade, e uma existência absoluta,

estabelecida essencialmente pela autoconsciência. A experiência da vida desperta o impulso sensível e a experiência da lei desperta o impulso formal. Para Schiller, a liberdade se inicia somente quando o homem desenvolve, simultaneamente, os dois impulsos fundamentais: sensível e formal.

Num primeiro momento, somos apenas considerados indivíduos viventes e, somente depois, seremos pessoas, que assumem uma forma de vida. É desse modo que passamos das limitações à infinitude. Existe um momento em que o impulso sensível ou vital age como natureza e necessidade. A sensibilidade se caracteriza como um poder que atua segundo uma necessidade situada fora de nós. Ela determina nossa existência no tempo e no espaço através das impressões sensíveis. Nesse momento, segundo Schiller, ainda não podemos falar de humanidade, pois o homem não pode ser considerado livre.

A manifestação da beleza não oferece resultados isolados nem para o entendimento nem para vontade. Ela também não realiza isoladamente fins intelectuais e morais. Pela beleza, o homem desenvolve plenamente a liberdade de ser o que ele deve ser. Nem pela coerção unilateral da natureza na sensação nem pela legislação exclusiva da razão no pensamento, o homem alcança a plenitude de sua condição de ser livre. Segundo Schiller, há no homem uma “disposição estética” que é a mais suprema de todas as dádivas humanas. Além da nossa criadora original, a natureza, temos a beleza que nos cria pela segunda vez. Pela disposição estética, o poder da sensação é efetivado em consonância com a razão. Tal disposição permite a execução de ações que buscam realizar fins universais, bem como a emissão de juízos que formam sentenças universais.

Fazer do homem sensível um ser puramente racional seria necessário, de certa forma, mudar sua natureza humana, pois seria preciso suprimir sua sensibilidade. Mas, pelo contrário, fazer do homem estético um ser racional não implica, necessariamente, mudar a sua natureza porque a sensibilidade seria preservada. É por essa razão que “não existe maneira de

fazer racional o homem sensível sem torná-lo estético” (SCHILLER, 1990, p. 117).

Schiller propõe uma concepção de racionalidade que não nega a sensibilidade. Muito pelo contrário, o homem alcança um alto nível de dignidade valorizando a sensibilidade. Todavia, a sensibilidade deve ser submetida a uma educação estética. Não se pode negar a sensibilidade na medida em que ela está sempre presente na vida humana. Nesse sentido, o que fazer com a sensibilidade? A resposta de Schiller é propor uma educação estética para a humanidade. Essa educação vai desenvolver paralelamente sensibilidade e razão através da manifestação do belo na obra de arte.

Submeter às leis do belo tudo aquilo que nem as leis da natureza nem as da razão prescrevem ao arbítrio humano é a tarefa da cultura estética. O homem não se realiza em sua plenitude apenas pela dignidade moral, guiada por princípios formais, nem pela felicidade, construída pela sensibilidade. O destino do homem é ser demasiadamente humano. É a liberdade que define a efetivação desse destino através do lúdico. O jogo não deixa que a sensibilidade ou a razão domine o homem de forma exclusiva. No jogo, matéria e espírito se encontram unificado. Desse modo, o homem não é exclusivamente matéria nem tampouco exclusivamente espírito. A realização de sua humanidade não pode ser mera vida nem mera forma, mas “forma viva”, criada pelo impulso lúdico (SÜSSEKING, 2005).

É pela educação estética que o homem poderá desenvolver-se plenamente. Ela permite uma autonomia para o homem sem eliminar as forças da natureza. A arte faz com que vida e forma permaneçam no homem a partir de uma relação de reciprocidade. Essa relação significa que vida e forma devem existir com plena independência, mas perfeitamente unidas. Pela beleza, penetramos no mundo das ideias sem deixarmos o mundo sensível. A beleza, obra da livre contemplação, é forma, pois a contemplamos, e, ao mesmo tempo, vida, pois a sentimos.

Pela beleza, Schiller considera que vida e forma possuem uma relação fundada na simultaneidade e na reciprocidade à medida que uma é

causa e efeito da outra. A beleza não exige que o homem precise fugir da matéria para afirmar-se como espírito. No ato de criação artística, o ser humano aperfeiçoa sua percepção sensível trilhando pelo caminho libertador da estética. É na realização do belo, por meio da criação artística, que o homem vivencia a reciprocidade entre o racional e o sensível. Tal reciprocidade permite a liberdade se manifestar na ação de criar. “Somente as representações sensíveis, por demandarem tanto a sensibilidade na sua recepção quanto a razão em sua inteligência, são as que geram a liberdade no esteticismo de Schiller (E SILVA, 2003, p. 206-207).

Finalmente, mesmo que, no cenário da modernidade, todo projeto educativo de uma nação aconteça sob o domínio de um determinado Estado, a educação é para Schiller uma tarefa essencialmente cultural. Vale ressaltar, a cultura concebida a partir de uma perspectiva universal, ou seja, cosmopolita. A educação estética é universal, cujo fim último é a exaltação do homem que é capaz de fazer de si mesmo uma obra de arte pela sua condição existencial de autodeterminação. Buscando realizar o belo na obra de arte, o homem se torna um ser estético no ato livre de ser artífice de si mesmo.

BIBLIOGRAFIA

CAMINHA, Iraquitã de Oliveira. Educar o homem ou o cidadão? In: CAMINHA, Iraquitã de Oliveira; AQUINO, Miriam de Albuquerque. *Cantoria de pardais: Educação Cultura e Informação*. João Pessoa: Editora Universitária, 2003.

CANIVEZ Patrice, *Educar o cidadão? Ensaios e textos*. Campinas: Papirus, 1991.

KANT, Immanuel. *Sobre a pedagogia*. Trad. Francisco Cock Fontanella. São Paulo: Unimep, 2002.

Liberdade pela arte segundo Schiller

_____. Resposta à pergunta: Que é esclarecimento? (*Aufklärung*). In: *Textos seletos*. Trad. VIER, Raimundo e FERNANDES, Floriano de Souza. Petrópolis: Vozes, 1974.

_____. Sobre um suposto direito de mentir por amor à humanidade. In: *Textos seletos*. Trad. VIER, Raimundo e FERNANDES, Floriano de Souza. Petrópolis, Vozes, 1974.

_____. *Crítica da faculdade do juízo*. Trad. ROHDEN Valério e MARQUES Antônio. Rio de Janeiro: Forense Universitário, 1993.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio ou da educação*. Trad. MILLIET, Sérgio. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SCHILLER, Friedrich. *A educação estética do homem*. Trad. SCHWARZ, Roberto e SÜSSEKING, Pedro. Schiller e os gregos. In: *Kriterion*, Vol. 46, nº 112, Belo Horizonte, 2005.

SILVA, Jorge Anthonio e. *O fragmento e a síntese: a educação estética do homem*. São Paulo: Perspectiva, 2003.

_____. *Friedrich von Schiller: a educação estética do homem*. Disponível em: <http://www.faap.br/revista_faap/revista_facon/artigos_friedrich2.htm>. Acesso em: 19 out. 2007.

SUZUKI, Márcio. São Paulo: Iluminuras, 1990.

_____. *Cartas sobre a educação estética do homem*. São Paulo: Pedagógica Universitária, 1992.

VINCENTI, Luc. *Educação e liberdade*. Kant e Fichte. Trad. FERNANDES, Élcio. São Paulo: Unesp, 1994.